



A notícia da morte dos dominantes como mecanismo de afirmação da hegemonia no campo do jornalismo¹

Vitor William MARQUES²

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp)

RESUMO

A morte de Ruy Mesquita, de O Estado de S. Paulo, e Roberto Civita, de Veja, é o ponto de partida deste artigo para analisar de que forma o discurso dos veículos sobre a morte de seus dirigentes é utilizada como mecanismo simbólico de legitimação das posições hegemônicas dentro do campo do jornalismo. A análise se vale dos conceitos consagrados da obra de Pierre Bourdieu, bem como da análise de conteúdos das edições dos periódicos que noticiaram o falecimento de seus executivos.

PALAVRAS-CHAVE

Campo; Capital simbólico; Legitimação; Jornalismo

INTRODUÇÃO

Em maio de 2013, a imprensa brasileira acompanhou, num intervalo de cinco dias, a perda de dois dos seus nomes mais consagrados: no dia 21, morre em São Paulo Ruy Mesquita, um dos proprietários e editor de opinião do jornal O Estado de S. Paulo; no dia 26, falece Roberto Civita, principal executivo do Grupo Abril e editor chefe da revista Veja.

O objetivo desta reflexão é demonstrar de que forma o campo do jornalismo – na acepção de Pierre Bourdieu – se vale do momento delicado da morte de um dominante e produz, na cobertura do acontecimento, um discurso que reforça os postos instituídos em sua hierarquia, bem como legitima as posições hegemônicas.

Para atingir esta meta, recorreremos, na primeira parte do trabalho, ao resgate dos principais conceitos da obra de Pierre Bourdieu que serão importantes para discussão desta

¹ Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2015.

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp) em Bauru.



tendência. Desta forma, passamos pelas noções de “campo”, “capital social”, “poder simbólico” e uma breve incursão pelo que pode ser considerado o “campo do jornalismo”.

Na segunda parte, de caráter mais prático, o trabalho recorrerá à síntese de uma análise de conteúdo desenvolvida sobre as edições de O Estado de S. Paulo e Veja que se dedicaram a noticiar a morte de seus dirigentes.

Neste contexto, a discussão será pautada pelo levantamento e reflexão sobre excertos, expressões e palavras utilizadas nas notícias que revelem estruturas simbólicas de legitimação da posição de destaque dos indivíduos e das próprias instituições que eles representam.

A análise de conteúdo se desenvolve com base em seis categorias: “Referências à pessoa”, “Características pessoais”, “Feitos notáveis / legado”, “Referências às organizações que representam”, “Lemas / citações” e “Repercussão da morte”.

A noção de campo

A noção de campo utilizada neste trabalho advém da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que reconhece em seus estudos uma luta social que se desenrola historicamente no seio da sociedade e que vai além das questões envolvendo classes sociais e distribuição de riquezas, como já apontado por Karl Marx.

Para Bourdieu, a competição que se estabelece envolve agentes sociais num embate contínuo pelo estabelecimento de hegemonia, isto é, a capacidade de ditar as práticas sociais legítimas em seu meio.

O campo, desta forma, deve ser compreendido primeiramente como um espaço social estruturado de posições definidas, que são ocupadas por indivíduos e instituições em disputa, numa teia de relações objetivas e subjetivas cuja finalidade é o estabelecimento de uma visão de mundo.

Bourdieu (2002, p. 30) propõe a classificação dos indivíduos e instituições de determinado campo em “dominantes” ou “pretendentes”. Os agentes que ocupam as posições hierárquicas superiores seriam considerados os “dominantes” e aqueles agentes buscando um papel central no campo seriam classificados como “pretendentes”.

Essa diferenciação evidencia um embate constante de forças dentro do mundo social, entre os que desejam manter sua posição privilegiada e aqueles que desejam a alteração das estruturas ou, como diz o autor, “Todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças.” (BOURDIEU, 2004, p. 12).



As ações tomadas pelos agentes nesta tendência de manutenção ou alteração da estrutura serão definidas pelo grau de força de cada agente em oposição direta ao grau de força dos agentes com os quais disputam e a posição de cada um dentro do campo. Nas palavras de Bourdieu,

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (...) Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. (BOURDIEU, 2004, p. 13-14).

O mundo social, a partir desta visão, é representado por um espaço social – abstrato - com várias dimensões que está assentado em princípios de diferenciação. Estes princípios são “constituídos pelo conjunto de propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo.” (BOURDIEU, 2000, p. 133).

De forma semelhante, os diferentes campos existentes no mundo social exercem influência entre si, levando a mecanismos de interferência e hierarquização entre eles, tendo sempre como base a autonomia relativa deste campo.

MARTINO (2003, p. 34) defende que a autonomia relativa de um determinado campo depende do reconhecimento dos indivíduos e instituições que o compõe, dos procedimentos estimulados e proibidos e das atividades desenvolvidas em seu meio.

Quanto maior o grau de consagração atingido pelos agentes do campo e maior legitimidade reconhecida em suas ações, tanto mais destaque este terá no mundo social. Diz o autor que os campos “são relativamente ligados. Existem conexões sociais entre todos, com maior ou menor grau de aproximação entre eles, dispondo-os em uma hierarquia definidora do prestígio decorrente da vinculação a qualquer um deles”.

MARTINO (2003, p. 33) relendo a obra de Bourdieu, elenca o que considera “três leis gerais” que se aplicam a qualquer campo.

A primeira lei é o “reconhecimento de um objeto de luta comum”, isto é, a existência de um objetivo único que mobilize os agentes do campo em sua direção. No campo da Política, por exemplo, este objeto poderia ser descrito como a obtenção do poder; já no campo



científico, o que se disputa é a consagração entre os pares, o título de autoridade em determinado ramo do conhecimento.

Estabelecida a meta, é necessário, em segundo lugar, “que haja pessoas para jogar o jogo, ou seja, atores que denotem conhecimento das regras do jogo”. São as relações objetivas entre esses “jogadores” que definirão a estrutura do campo em cada momento.

E justamente esta estrutura é que determinará a capacidade dos jogadores de definir estratégias visando à manutenção do *status quo* ou a alteração das regras vigentes. Salienta o autor que

(...) dominantes e dominados adotarão estratégias de conservação em função de sua situação relacional num momento específico. Isso porque as estratégias de um “jogador” e todas as condições sociais que agem sobre a definição de seu jogo dependem da estrutura do campo, mas também da evolução no tempo do volume e da estrutura de seu capital, disposições mais ou menos duráveis incorporadas em cada jogador (Idem, ibdem)

A terceira lei diz respeito à unidade de todos os agentes contra qualquer interferência que tenha o intuito de denunciar os reais interesses em jogo. Esta reação se manifesta contra aqueles que “pretendem penetrar o espaço, desrespeitando as mesmas regras, impondo novos objetos de luta, ou buscando deslegitimar comportamentos definidos pelos contendores como legítimos”.

Os conceitos de Capital social e Poder Simbólico

Mas se o campo é marcado por uma estrutura hierárquica desigual, quais são os elementos que ditam a posição de cada agente dentro do campo? A resposta a esta pergunta é a noção de capital social.

A idéia de capital social na obra de Bourdieu faz referência à existência de recursos – reais ou potenciais – que um indivíduo ou instituição detém no mundo social e que estão “ligados à posse de um conjunto durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento” (MARTINO, 2003, p. 73).

Para o autor, a acumulação do capital social é condição *si ne qua non* para que um agente faça parte de um determinado grupo, a que está unido por afinidade de objetivos, mas também por relações que sejam duradouras e reciprocamente úteis. Para ele, essas relações “(...) não podem ser reduzidas aos critérios de proximidade no espaço – seja físico, econômico



ou social -, pois são fundadas sobre trocas ao mesmo tempo materiais e simbólicas” (Idem, ibdem).

É o montante acumulado de capital simbólico reconhecido pelo grupo que definirá a posição do indivíduo ou instituição dentro do campo. Quanto maior o capital simbólico acumulado, tanto mais ao centro se encontrará o agente e maior será sua capacidade de estabelecer a hegemonia dentro do campo. Do mesmo modo, quanto menos capital acumulado possuir um agente, tanto mais à margem do grupo ele estará.

Este desequilíbrio de propriedades simbólicas é que desencadeará a luta interna do campo, na medida em que o agente não dominante – ou pretendente – se esforçará, por um lado, para obter uma maior parcela do capital social existente, e por outro gerirá estratégias para deformar os paradigmas em voga, a fim de estabelecer outras manifestações simbólicas – sempre a seu favor – que se tornem dignas de reconhecimento.

Por conseguinte, a acumulação do capital simbólico leva ao acúmulo de poder simbólico. Este poder é, para Bourdieu, uma dominação invisível e que só pode ser exercida na medida em que haja uma cumplicidade tácita entre aqueles que não desejam saber que se submetem a ela e aqueles que não querem saber que a exercem.

Ao tratar do assunto, Bourdieu (2000), afirma que o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica” (p. 09), isto é, o poder de estabelecer o sentido imediato do mundo. Esta afirmação está ligada à idéia preconizada por Durkheim de “conformismo lógico”, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências” (p. 08).

Os símbolos têm, portanto, papel fundamental na integração social: como a forma básica do conhecimento e da comunicação, eles são mecanismo de consenso e reprodução da ordem social vigente. Desta forma, quem domine a produção e veiculação de valores simbólicos seria capaz de ditar a dinâmica de funcionamento de sua própria esfera social.

Martino (2003) trata mais especificamente dos mecanismos de legitimação das instituições, salientando que esses agentes se impõem sempre por regras e por mecanismos de coerção. As formas de coerção das instituições fazem referência tanto aos métodos de manutenção de sua estrutura interna quanto às ações em relação às instituições concorrentes.

Afirma o autor que

sem significar exclusivamente violência física, o poder coercitivo é sempre uma violência, sob qualquer forma de manifestação, pois condiciona o indivíduo a um



comportamento que segue os padrões de expectativa do grupo. A punição para eventuais transgressões varia de acordo com a rigidez da instituição (MARTINO, 2003, p. 23)

A instituição necessita de reconhecimento para ser legitimada no mundo social, tanto de sua existência, quanto das atividades que desenvolve. O reconhecimento deve advir não apenas dos indivíduos que estão comportados no interior de sua hierarquia, mas sobretudo de indivíduos e instituições externas. Esta legitimidade “dá razão de ser à ordem da instituição, justifica suas regras e faz crer na pertinência de sua hierarquia interna” (Idem, ibdem).

O autor completa,

A legitimidade de qualquer instituição é função do benefício aparente, das vantagens explícitas em pertencer ao grupo. Além disso, as instituições legítimas costumam ter um direito de entrada compatível com sua legitimidade. O valor social do ingresso, isto é, a sua capacidade de distinção social, é sempre proporcional à dificuldade de acesso ao grupo, à raridade e distinção de seus membros. (MARTINO, 2003, p. 23)

Além da coerção, os agentes dominantes também recorrer à veiculação de valores simbólicos que sejam compatíveis com a posição que ocupam no universo social.

Eis porque o papel da comunicação é fundamental na dinâmica dos campos, pelo fato de que é necessária a existência de canais que atinjam diretamente os participantes da estrutura, de modo que estes recebam as diretrizes simbólicas dos postos hegemônicos. Conforme afirma o autor

A dinâmica das relações no espaço social ao qual pertencem as instituições exige uma redefinição contínua dos comportamentos legítimos de cada participante. É necessário, portanto, que exista uma espécie de voz corrente da instituição, mas também que possa ser aplicada rapidamente. A aplicação ideal desse mecanismo é a criação de canais de comunicação institucionais, a partir dos quais as decisões geradoras de comportamentos possam ser livremente divulgadas. (MARTINO, 2003, p. 85)

A proposição do autor deixa claro que a conquista da hegemonia tem estreita relação com o controle – quer seja a posse material ou não – dos meios de comunicação e das estratégias de gestão dos bens simbólicos.

Este será o ponto de partida para a reflexão sobre a dinâmica de funcionamento do campo do jornalismo.

O campo do jornalismo

O campo do jornalismo, com base na análise de Pierre Bourdieu, é constituído por profissionais e empresas que disputam posições de destaque no cenário da imprensa.



No contexto atual, pequenos núcleos produtores de informação, sobretudo por meio da internet, apresentam-se como pretendentes com cada vez mais visibilidade no campo. Entretanto, veículos já consagrados – como O Estado de S. Paulo e Veja, objetos deste estudo – continuam figurando no imaginário social como referências de jornalismo sério e de qualidade.

O campo do jornalismo surge como uma diferenciação do campo da literatura e, já no século XX, haverá uma ruptura total entre eles, com a criação de instâncias de consagração próprias da imprensa.

Embora os conceitos de Bourdieu se apliquem integralmente ao campo do jornalismo, é nesta área que a circulação de bens simbólicos atingirá sua plenitude. De fato, a comunicação, mais do que qualquer outra área, tem capacidade de veicular valores simbólicos e influenciar comportamentos. Para Martino (2003, p. 54), a imprensa “é uma instância bem cotada simbolicamente para o recorte temático de representação do mundo”.

Uma das estratégias de legitimação da imprensa é a aparente objetividade de seu relato. A aura de isenção com que as informações são apresentadas no jornal contribui para a “difusão de bens simbólicos e conteúdos ideológicos disfarçados em informação neutra” (Idem, p. 59)

E o autor continua:

A noção de objetividade do jornalismo, sua imparcialidade, a neutralidade das informações veiculadas e a independência do repórter são rituais estratégicos provedores das garantias de que a mídia é um espelho da realidade. (...) A objetividade aparente da informação é, por si só, um instrumento de legitimação de todo o processo de codificação. Ao ler o jornal, o público tende a imaginar-se face a um retrato da realidade, sem distorções ou manipulação. (MARTINO, 2003, p. 54)

Faz-se necessário também citar a função do campo do jornalismo enquanto instância de consagração de agentes de outros campos, isto é, o discurso da imprensa como base para o reconhecimento social.

Uma das formas de reconhecimento proporcionada pelo jornal é atribuição de legitimidade à opinião. Novamente Martino (2003) vai dizer que a editoria de opinião da grande imprensa é um espaço tido como privilegiado. A prerrogativa de expor sua visão é reservada a dois grupos: “de um lado, os jornalistas especializados em determinada área ou cujo prestígio profissional lhes derroga o direito da opinião explícita; de outro, os especialistas em certas áreas do conhecimento – médicos, literatos, músicos, cientistas – cujo



reconhecimento em seu campo de origem é tornado público pela divulgação na grande mídia”
(p. 62)

ANÁLISE DA COBERTURA DA MORTE DE RUY MESQUITA E ROBERTO CIVITA

Conforme descrito na introdução, o objeto de análise deste trabalho é a cobertura de dois dos maiores veículos da imprensa brasileira sobre a morte de seus proprietários e principais gestores.

Em O Estado de São Paulo foram selecionadas as reportagens e artigos de opinião contidos na edição nº 43681, ano 134, que circulou no dia 22 de maio de 2013. Na ocasião, o periódico dedicou um total de onze páginas, incluindo a capa, para noticiar a morte de Ruy Mesquita.

O empresário e jornalista paulistano Ruy Mesquita nasceu em 16 de abril de 1925. Era filho de Julio de Mesquita Filho e neto de Julio de Mesquita, fundador de O Estado de S. Paulo. Começou a trabalhar no jornal da família em 1948 como editor da seção internacional. Com a morte do irmão Julio de Mesquita Neto em 1996, assumiu a redação de O Estado. Morreu em 21 de maio de 2013, aos 88 anos, em decorrência de um câncer na base da língua. Na ocasião de sua morte, ocupava em O Estado a posição de Diretor de Opinião.

Para análise da revista Veja, foram selecionadas as reportagens e artigos de opinião da edição 2324, ano 46, nº 23, que circulou na semana do dia 05 de junho de 2013. Das páginas da revista, dezoito delas – incluindo a capa - foram dedicadas a tratar da morte de Roberto Civita. Deste total, sete páginas continham a republicação de textos do próprio jornalista (estas páginas não fazem parte do escopo deste trabalho).

Nascido em Milão, em 09 de agosto de 1936, Roberto Civita era o presidente do Conselho de Administração, diretor editorial do Grupo Abril, e principal editor da revista Veja. Era filho de Victor Civita, fundador da empresa. Morreu em 26 de maio de 2013, por complicações de um aneurisma, aos 76 anos.

Na análise efetuada, procurou-se tomar como base os paradigmas da análise de conteúdo, a fim de conseguir aferir os elementos discursivos do jornal em seis macro categorias:



- 1ª. “Referências à pessoa” – entendida esta categoria como os títulos atribuídos aos editores, inclusive aqueles advindos de artigos assinados ou referências de outros personagens que tenham sido salientadas no texto;
- 2ª. “Características pessoais” – descrição da personalidade, atributos de caráter e modos de proceder considerados peculiares;
- 3ª. “Feitos notáveis / legado” – ações tomadas que tenham merecido destaque, sob a alegação de terem impacto em algum momento da história do país ou da imprensa (no passado, no presente ou no futuro);
- 4ª. “Referências às organizações que representam” – títulos e descrições relativas aos veículos que os empresários controlavam e representavam;
- 5ª. “Lemas / citações” – declarações dos editores que tenham sido consideradas relevantes a ponto de serem citadas literalmente no texto, entre aspas.
- 6ª. “Repercussão da morte” – efeitos e declarações a respeito da morte dos empresários.

Ruy Mesquita por O Estado de S. Paulo

Os títulos que O Estado de São Paulo atribui a Ruy Mesquita vão desde expressões referenciais tais como “Jornalista Ruy Mesquita, diretor de O Estado de São Paulo”, “Responsável pela opinião do Estado” e “Dr. Ruy”, até expressões com forte cunho valorativo, tais como “lutador da liberdade de expressão”, “figura humana de grandeza sem par”, “combatente da liberdade de imprensa” e “uma vida dedicada ao jornalismo, uma história guiada por princípios”.

As expressões referenciais são um artifício a que o jornal recorre para garantir a aparência do texto como notícia. Desta forma, transparece para leitor um relato objetivo da biografia de Ruy Mesquita. Os adjetivos, que neste caso são peça fundamental para a exaltação da figura do editor, são veiculados na fala de outros agentes, como por exemplo, no depoimento do ex-presidente Fernando Henrique Cardozo: “pessoa íntegra”, “alguém que lutava por seus valores”, “um resistente, dos que têm a fibra requerida para os momentos em que tudo parece perdido”.

Na categoria “características pessoais” foram levantadas dezenove referências, que funcionam como construção da biografia do empresário. Essas referências reforçam características como *abnegação* (“o ‘eu’ nunca foi sua referência”, “dava aos outros mais do que a si mesmo. O altruísmo [...] nele era natural, quase inconsciente”), *competência* (“Fazia



observações precisas e, se reclamava, geralmente tinha razão”), dedicação (“Os fins de semana eram, para ele, um plantão sem descanso. Conferia a edição do dia, anotava e cobrava eventuais falhas, telefonava para a redação nas tardes de sábados e domingos”) e *simplicidade* (“Plantou seringueiras, gostava de cultivar a terra, mas sua paixão mesmo era pescar.”).

A caracterização de Ruy Mesquita é feita em dois focos: o primeiro, como um homem com perfil de excelência, com talento inato que justifica sua posição de liderança; o segundo, como um profissional altamente centrado e capaz, merecedor da posição de destaque que ocupou.

No que tange aos “Feitos notáveis / legado”, foi sem dúvida a categoria em que o jornal foi mais profícuo. Foram encontradas vinte referências em que o jornal destacava as realizações de seu dirigente.

O primeiro feito notável de Ruy Mesquita foi a coragem com que enfrentou a recuperação de uma cirurgia na perna a que foi submetido aos oito anos. O jornal coloca um trecho de uma carta de sua mãe para ilustrar sua postura durante o tratamento: “Marina [mãe de Ruy] relatou numa carta bem-humorada ao marido, em 2 de julho de 1933, como o filho se comportava na clínica: ‘Vamos bem. O Ruy, firme nos seus tratamentos. Sempre com uma paciência sem limites, ajudando o quanto pode a sua cura. Será o cúmulo que Deus não recompense tanto sacrifício da parte de um coitadinho de 8 anos.’”

Essa braveza o acompanharia durante toda a vida, pois o jornal destaca a mesma resiliência em uma cirurgia sofrida em idade avançada: “Ruy Mesquita estava internado no Hospital Sirio-Libanês, onde se submeteu a cirurgia cardíaca para implantação de um marca-passo, quando comemorou os 83 anos, em 16 de Abril de 2008. (...) Quando recebeu alta, fez questão de subir sozinho as escadas de sua casa, dispensando a ajuda de uma enfermeira. Duas semanas depois, já dava expediente no jornal.”

Mas, sem dúvida, o feito mais exaltado de Ruy foi a resistência à censura durante a ditadura.

O jornal admite que Ruy Mesquita foi um dos apoiadores do golpe militar de 1964, mas justifica sua posição dizendo que o comunismo era “um risco real e iminente” e que, após a promulgação do AI-5, o editor e o próprio veículo se rebelaram corajosamente contra o regime: “Reuniu-se com militares antes do golpe de 1964, que apoiou, em nome da defesa da democracia, mas, assim como seu pai e seu irmão, também passou a criticar a ditadura. Os três lideraram uma emblemática resistência à censura prévia, substituindo as reportagens cortadas por poemas e receitas”.



E ainda: “Mais de uma vez, Ruy Mesquita foi processado e intimado a depor na Política Federal, por causa de matérias proibidas. Assim como Julio Neto, no Estado, ele não se curvou às imposições da ditadura. E, quando repórteres e redatores do jornal foram presos, saiu em defesa deles”.

Na categoria “Referências às organizações que representam”, o Estado de S. Paulo se vale da descrição positiva de Ruy Mesquita para exaltar sua própria atuação: “Seguindo a tradição da família, Ruy Mesquita foi um defensor da liberdade, da democracia e da livre-iniciativa, princípios que sempre nortearam a linha editorial do Estado”, “Liberal e democrata, como sempre se definiu, Ruy Mesquita atribuía o sucesso do jornal à coerência e fidelidade que vem mantendo ao longo de sua história, ‘à custa de sacrifícios materiais sofridos pela empresa e de sacrifícios pessoais sofridos pelos seus diretores’” e ““O Estado de São Paulo nunca pôs os interesses empresariais antes dos interesses políticos – da defesa dos interesses nacionais””.

Quanto aos “Lemas / citações”, tem destaque a afirmação de Ruy Mesquita que contribuirá para sua caracterização como um homem incansável: “A minha vida é isso, sou quase um *workaholic*” (Declaração de Ruy Mesquita sobre sua rotina de 60 anos, assim contada pelo jornal: “Acordava às quatro da madrugada, lia jornais antes de tomar o café , ligava para dois ou três colaboradores, chegava à redação ao meio-dia e meia, voltava direto para casa depois do trabalho).

Em “Repercussões da morte”, o Estado elencou 27 depoimentos de pessoas notáveis sob o título “Morte causa impacto em todos os setores. Políticos, empresários, jornalista, escritores e artistas salientam coragem e firmeza de princípios de Ruy Mesquita”.

Merecem destaque neste rol, as declarações da Presidente Dilma Roussef, do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, Otávio Frias Filho (Diretor de Redação da Folha de S. Paulo), Giancarlo Civita (Vice-Presidente de Administração do Grupo Abril), Luis Carlos Trabucco Capi (Presidente Executivo do Bradesco), José Tadeu Jorge (Reitor da Unicamp) e Roberto da Mata (Sociólogo).

Roberto Civita por Veja

A revista Veja refere-se a Roberto Civita como “criador de Veja”, “editor de Veja”, “ao mesmo tempo editor e empresário”, mas também recorre a títulos mais nobres, tais como



“A serviço do leitor e com os instrumentos necessários para retratar a realidade” e “Uma vida dedicada à verdade”.

À semelhança do que faz O Estado, em vários trechos a exaltação a Roberto Civita é feita pela citação de uma fonte, no corpo da reportagem ou em matérias assinadas. Desta forma, há referências como “Um emblema da liberdade de expressão, da imprensa independente, da pluralidade de idéias e da tolerância” – palavras de Fernando Henrique Cardozo destacadas no corpo da matérias – e “(...) a mais sofisticada combinação de empresário e editor” - declaração de Luis Frias, presidente do Grupo Folha.

Na categoria “Características pessoais”, Veja destaca em seu editor a *fineza* (“Em seu papel de editor de Veja, Roberto Civita foi sempre galante, espirituoso, erudito, transparente, mordaz e, claro, às vezes, difícil, como é de esperar em um ambiente jornalístico altamente profissional”), *retidão de caráter* (“Ele se movia por princípios”), *autonomia* (“visão corajosa e independente”) e *competência* (“Ele crescia nos momentos críticos. Ficava mais calmo, mais centrado e mais e mais focado. Exigia dos editores de VEJA apenas que seu trabalho expressasse a ‘busca honesta da verdade’”) em onze referências.

Roberto é apresentado como um homem letrado (“Ele tinha total confiança na força da razão informada pela ciência e pelo conhecimento técnico, estatístico, demográfico, matemático e físico. A racionalidade e a linguagem exata eram para ele os únicos instrumentos capazes de capturar e descrever com clareza os acontecimentos naturais, sociais e econômicos”), cuja erudição justificava sua posição privilegiada na empresa que comandava e seu prestígio na área da imprensa (“Afinal, era o patrão, o homem que pagava os salários, o sujeito no topo da cadeia alimentar”).

A revista Veja abordou muito mais o “Legado” de Roberto Civita do que os “Feitos notáveis”. Neste último, enquadram-se basicamente a criação da revista Veja, festejada como um marco da imprensa na América Latina e o fortalecimento do grupo Abril.

Já com relação ao “Legado”, o empresário é apresentado como um arauto da liberdade de expressão no país e um defensor da democracia, em cinco referências, como as que se seguem: “O criador de VEJA deixa um legado de comprometimento, paixão, racionalidade, luta pela liberdade e a lição de que ser assim e ainda manter a elegância e o humor é essencial”, “Liberdade de expressão e educação foram duas bandeiras que RC carregou a vida toda e procurou transmitir para os filhos, Giancarlo, Roberta e Victor” e, ainda, “Essa era a sua filosofia. Nunca desista. Quando se aprende com ele, o erro é apenas uma parada no caminho do acerto. Erre melhor da próxima vez. A democracia é uma conquista, mas exige



manutenção. A liberdade de expressão e a educação são irmãs gêmeas e uma não se sustenta sem a outra”.

Na categoria “Referências às organizações que representam”, Veja reforça a todo momento sua imagem de veículo neutro e comprometida com a “verdade”, palavra de definição tão imprecisa, mas que com valor simbólico muito forte: ““Nós, da redação de Veja, enfrentamos junto com Roberto a missão de publicar nas páginas da revista o resultado da busca honesta da verdade. Essa era, no fundo, sua única e intransigente exigência” e “Ou seja, a verdadeira fonte da influência de VEJA são os fatos revelados pelos seus jornalistas. Se não existissem os fatos, aquele primeiro rascunho da história seria apenas um pedaço de papel pintado”.

Interessante demonstrar que, enquanto O Estado de S. Paulo utilizou poucas citações literais da fala de Ruy Mesquita, Veja optou por reproduzir muitas máximas de seu editor, a maioria delas em tom professoral ou dogmático.

Foram colhidas quinze citações literais de Civita, entre as quais destacam-se: “Esqueçam os parentes, os amigos, esqueçam as fidelidades partidárias, as simpatias ideológicas, estéticas ou intelectuais. Controlem suas idiossincrasias. Dominem a agitação das emoções. Só então, pensando no leitor, relatem os fatos com clareza, de maneira ordenada, sem adornos desnecessários, transportando-o para o epicentro dos acontecimentos como um expectador privilegiado da realidade que fomos verificar em benefício dele”, “A democracia não é o melhor sistema político que existe, apenas é melhor do que todos os outros. É um empreendimento moral e espiritual cuja base material é o livre mercado e seu colorário, a liberdade de expressão” e “*Fidar-se è bene, ma non fidar-se è meglio*”.

Já com relação à “Repercussão da morte”, a edição de Veja destacou a declaração de 72 pessoas notáveis, entre elas a presidente da república Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da república e atual presidente do Senado José Sarney, o prefeito de SP Fernando Haddad, o apresentador de TV Jô Soares e o embaixador da Itália Rafaelle Trombetta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura das mortes de Ruy Mesquita e Roberto Civita pelos veículos que dirigiram em vida dão pistas dos mecanismos de reafirmação que são engendrados pelos agentes dominantes no campo do jornalismo, por meio de um discurso que por um lado



reforça a necessidade de sua existência e, por outro, legitima sua posição de destaque entre os pares.

Restou demonstrado que a estratégia adotada nesta situação delicada, em que se perde um dirigente consagrado, é a exaltação do indivíduo e reafirmação de sua posição, numa dinâmica que visa legitimar a existência e atuação da própria instituição.

Os indivíduos dominantes, neste caso, são envolvidos por uma rendição de louvor construída pelo discurso dos periódicos; são ressaltadas características pessoais que fazem referência a um caráter nobre e meritório, como se o indivíduo fosse predestinado a ocupar um posto de destaque no mundo social.

Por outro lado, os veículos descrevem os indivíduos como profissionais altamente preparados para ocupar posições de comando, por sua competência, erudição, experiência e conhecimento do mundo.

Interessante notar que, embora tanto Ruy Mesquita quanto Roberto Civita fossem herdeiros das empresas que dirigiam, este fato não é nunca apontado como justificativa para a função hierárquica ocupada. Antes, é a aura de merecimento que os envolve que será dada como razão de sua posição privilegiada.

Os indivíduos, bem como as organizações que representam, são associados à valores simbólicos de carga positiva. Desta forma, O Estado e, principalmente, Veja recorrem em seu discurso a expressões como “honestidade”, “verdade”, “liberdade” e “democracia”, numa tendência clara de associar sua atuação a questões tão prezadas pela sociedade.

O fato de este discurso se desenrolar sob a forma de reportagens é uma estratégia poderosa de veiculação de bens simbólicos, na medida em que os símbolos estão contidos num texto aparentemente objetivo, com menor chance de contestação, por sua característica de “informação jornalística”. Da mesma forma, a seleção de fontes contribui para a idéia de que o prestígio dos indivíduos e instituições é algo natural, amplamente reconhecido e de domínio público.

O relato dos feitos notáveis de Ruy Mesquita e Roberto Civita são utilizados como prova da necessidade da atuação dos indivíduos e instituições da imprensa no mundo social, na medida em que estes agentes são corolários da liberdade de expressão e construtores da história.

Esta tendência é especialmente visível no discurso de O Estado de S. Paulo sobre a resistência à ditadura, quando o jornal descreve Ruy Mesquita e o próprio veículo como forças de combate à censura e ao autoritarismo. Já o apoio ao golpe de 1964, que tem carga



simbólica muito negativa no contexto atual, é minimizado no relato, e apontado como medida necessária no momento em que ocorreu.

A legitimação dos indivíduos dominantes reflete diretamente na legitimação das instituições associadas a ele. As qualidades dos indivíduos são apresentadas como características fundamentais do próprio veículo e seu compromisso social.

Na corrente do que Bourdieu chama de “denegação do econômico” (2002, p. 20), os veículos apresentam sua atuação na imprensa como uma missão, um compromisso com o bem da sociedade; a questão do lucro empresarial é ou omitida – no caso de Veja – ou apresentado como preocupação secundária – como no caso de O Estado de S. Paulo.

Por fim, cabe ressaltar a estratégia dos dois veículos de apresentar a fala de outros agentes sobre a morte de seus dirigentes. As declarações, reproduzidas integralmente, são sempre de indivíduos de grande prestígio, como políticos, astros de televisão, dirigentes de grandes empresas e personalidades de destacado valor social.

Essa associação é o que Bourdieu chama de “homologia entre os campos”, isto é, quando agentes dominantes de campos diferentes interagem numa dinâmica de reconhecimento mútuo, o que leva à afirmação da consagração de ambos e dos próprios campos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luis Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003. Coleção Comunicação.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MORRE RUY MESQUITA. O Estado de São Paulo. São Paulo, ano 134, nº 43681, 22/05/2013. Disponível em < <http://acervo.estadao.com.br> >

ROBERTO CIVITA (1936-2013). Veja. São Paulo: Editora Abril, edição 2324, ano 46, nº 23, 05/06/2013. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> >